



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 18 DE
JANEIRO DE 2018 - Nº 01/2019 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos dezoito dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, João Pedro Costa Arraiolos e António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, dirigente da Unidade Orgânica Financeira, em regime de substituição.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Proposta – Contrato de Cedência temporária do Direito de Exploração do Bar e Esplanada do Jardim Municipal de Alpiarça

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 2 – Proposta - Fundo de Maneio-CPCJ de Alpiarça

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 3 – Proposta para Aumento Temporário dos Fundos Disponíveis no Mês de Janeiro de 2019

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

Ponto 4 – Programa CLDS 4ª Geração – Proposta de Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) no programa de Contratos Locais de desenvolvimento Social 4ª Geração (CLDS-4G)



Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 5 – Proposta de Aquisição Conjunta de duas Viaturas para a GNR – Programa Escola Segura.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 6 – Proposta de Rejeição das Competências Transferidas pelos Decretos-Lei Números 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107/2018.

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 7 – Ratificação do Despacho do Presidente da Câmara, datado de 11/01/2019, a autorizar a transmissão do Lote 87 da Zona Industrial, prescindindo a Câmara Municipal do Direito de Preferência.

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

Ponto 8 – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00h do dia 02/03/2019 e termo às 02,00h do dia 03/03/2019, para realização de um evento “Festa de Carnaval”, a realizar no Pavilhão do Partido Comunista Português, sito no Largo da Feira, em Alpiarça.

Requerente: Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de José Relvas

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e vinte e cinco minutos, que cumprimentou todos os presentes, desejou um bom ano a todos, considerando que se trata da primeira reunião de Câmara de dois mil e dezanove e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia dezassete de Janeiro de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 1.158.248,62 € (Um milhão cento e cinquenta



e oito mil duzentos e quarenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos).

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS

Presidente da Câmara

Deu início à discussão e votação das Atas presentes em reunião.

Proposta de Ata n.º 23/2018 - Reunião realizada no dia 20/12/2018

Não houve intervenções.

A Ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na respetiva reunião.

Proposta de Ata n.º 24/2018 - Reunião realizada no dia 28/12/2018

Não houve intervenções.

A Ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na respetiva reunião.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Presidente da Câmara

Deu a palavra aos Vereadores para colocarem questões de interesse para o Município.

Vereadora Sónia Sanfona

Cumprimentou todos os presentes e desejou também um bom ano a todos.

Começou a sua intervenção fazendo referência a alguma documentação solicitada pelos Vereadores do Partido Socialista e queria saber o ponto de situação relativamente à sua entrega. Questionou de seguida o Sr. Presidente sobre o aumento de dotação do Gabinete de Apoio à Presidência, refletido no Orçamento e Grandes Opções do Plano, que foram recentemente a reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal. Quer saber se através dessa dotação se quer fazer face a outros custos que não os diretamente envolvidos com o Gabinete de Apoio ou esse aumento refletir-se-á apenas no mesmo e em que áreas ou rubricas se faz refletir ou ainda se vai ter mais colaboradores. Falou na questão do Jardim Municipal, questão que considerou



recorrente, porque ainda não se conseguiu chegar ao fim do processo e que, apesar das divergências relativamente ao conceito, entende que o processo não correu bem e não está concluído da forma mais correta. Perguntou se as reparações que foram identificadas em Auto de Receção provisório e que foram reconhecidas pelo empreiteiro, já foram todas feitas ou, se não foram, quando vão ser. Questionou também, relativamente à denúncia que foi feita sobre o Parque Infantil, quando vão ser recolocados os equipamentos que entretanto foram retirados. Fez uma observação sobre a apresentação do Plano Estratégico Turístico para Alpiarça, dizendo se um Município como o nosso, que considera que tem um património turístico valioso e que quer apresentar esse Plano aos investidores, não consegue compreender que o faça a um dia de semana, a meio da tarde, entendendo que o momento foi mal escolhido e que, quando se pretende chegar a mais gente, de forma a que haja abrangência na discussão do assunto, tem de se escolher melhor o dia e hora. Perguntou de seguida como é que um Município que está interessado em desenvolver um Plano Estratégico para o Turismo, vai recusar a transferência de competências designadamente nesta área, com as consequências das implicações ao nível das transferências de competências para a Comunidade Intermunicipal, uma vez que tem de haver acordo dos vários municípios que compõem a entidade. Lembrou que é no início do ano que costuma ser presente em reunião de Câmara o calendário de todas as reuniões ordinárias do ano respetivo e perguntou se há intenção de fazer essa proposta. Relativamente ao Portugal 2020, pretende saber quais são, em concreto, os projetos que o município de Alpiarça tem asseguradamente financiados por fundos comunitários ou co-financiados por fundos comunitários. Perguntou também, sobre a questão da administração das Piscinas e a não conveniência da manutenção do protocolo com o Clube Desportivo “Os Águias”, como ele foi inicialmente desenhado, em face de haver uma alteração relativamente grande aos pressupostos que estavam na base da cessão dessa exploração. Relativamente à Barragem dos Patudos questionou se há idêntico Protocolo, que diz desconhecer. Sobre esta matéria afirmou que o que lhe é dado a entender, nas questões que se prendem com a utilização da barragem, é também o Clube desportivo os “Águias”, ou a sua direção, que dá resposta às solicitações que são colocadas. Pretende saber se há ou não algum protocolo com o Clube, para a utilização da barragem, designadamente para a pesca.



Vereador António Moreira

Começou por cumprimentar todos os presentes e desejou um bom ano. Falou sobre a situação da iluminação, achando que já é tempo de resolver este problema. Mencionou uma situação na Urbanização “Artur Carvalho”, sobre uma moradia abandonada, alertando para questões de segurança. Referiu que existe ali uma árvore que poderá ser perigosa e que devia ser avaliado um pedido para abate da mesma. Disse que, há cerca de dois anos, aquando do alcatroamento de algumas ruas, as passadeiras foram suprimidas e ainda não foram repostas. Uma delas situa-se na zona das Faias, que não está pintada. Falou também na falta de um acesso para pessoas de mobilidade reduzida, no café que se situa na mesma zona. Perguntou o que foi feito para que não haja mais mortandade de peixes na barragem, desde há dois meses, depois dessa situação que se verificou. Sugeriu que se reparasse o pavimento, no final da Rua Ricardo Durão, que está irregular devido à existência de árvores que estragaram a estrada. Chamou a atenção para a alteração feita no talude em frente à Casa dos Patudos, nomeadamente para os ratinhos que foram colocados e que pode não ser a melhor solução, uma vez que já há alguns anos tiveram de ser retirados e referiu que há naquela zona uma linha de água que pode causar alguns problemas de arrastamento de águas e de terras.

Vereador João Pedro Arraiolos

Deu conhecimento à Câmara da decisão do Tribunal de Contas de conceder o Visto ao Ato de Contrato relativo ao processo de Substituição de Dívida, mostrando a sua satisfação pela concretização deste importante processo para o funcionamento do Município.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Fez a relação dos trabalhos efetuados desde a ultima reunião de Câmara, com destaque para a limpeza e manutenção dos arruamentos, nomeadamente no Frade de Cima e os melhoramentos dos espaços interiores e exteriores da Casa dos Patudos.

Presidente da Câmara

Respondeu às questões colocadas pelos senhores Vereadores. Sobre a apresentação do Plano de Valorização Turística, esclareceu que o dia e a hora tiveram a ver com as disponibilidades dos



técnicos e do Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, havendo por isso que conciliar agendas, entendendo no entanto que a sessão decorreu no final do dia, para permitir a participação de mais pessoas, considerando que à noite não será a melhor hora. Disse ainda que as iniciativas que apelam à participação e discussão pública têm contado com a participação de muitas pessoas e que o objetivo é sempre contar com o maior numero de pessoas, ajustando os horários para esse efeito, por forma a esclarecer e garantir apoio ou discutir as críticas e os contributos, às decisões do Município. Em relação às transferências de competências, afirmou que há situações se prendem com questões de maior impacto, na elaboração dos diplomas e na ação nas diversas áreas em que eles incidem, com questões de principio, com questões da regionalização e do financiamento adequado para as respetivas competências. Esclareceu que a proposta de não aceitação de transferência de competências para as comunidades intermunicipais, configuram um problema jurídico e de enquadramento, uma vez que estas nem sequer são autarquias mas sim associações de Municípios e, por isso não têm que exercer competências, se não tiverem o acordo das autarquias que as integram. Sobre a promoção turística, esta tem sido conseguida ao longo dos anos, mesmo sendo uma competência do Poder Central. Disse ainda que há um conjunto de autarquias, que têm também todo o interesse na promoção e na definição de de estratégias turísticas e que têm recusado a transferência de competências nesta área, inclusivamente algumas das maiores autarquias do país que vivem muito do turismo. Relativamente ao calendário de reuniões, este terá de vir à próxima reunião de Câmara, mas a proposta será de manter as reuniões quinzenais, às sextas-feiras e todas elas publicas. Sobre o ponto de situação dos projetos para o Município, irá arrancar o Mercado Municipal brevemente, sendo necessário fazer alguns ajustes, tendo em conta os espaços de venda existentes, de forma a manter a atividade. O projeto de iluminação publica é também para arrancar brevemente, tendo sido já assinado o contrato, com substituição de todas as luminárias do Concelho, proporcionando um melhor serviço à população e com ganhos de poupanças no que diz respeito aos custos. Em relação à Unidade de Cuidados Continuados, existe ainda alguma indefinição, sendo que a verba disponível poderá não ser suficiente para fazer face ao investimento que se pretendia numa Unidade de raiz. Outro projeto é a reabilitação da Escola Secundária, que é uma aspiração antiga e sucessivamente renovada junto do Ministério da Educação e que finalmente viu o acordo por parte do mesmo, estando o Município a trabalhar nesse sentido com a DGESTE e com a Secretaria de



Estado, no projeto que está em andamento. Há também o projeto para construção do novo quartel da GNR, projeto que está a ser desenvolvido e que estará pronto brevemente e que será suportado totalmente pelo MAI, mas que será a Câmara a dona da obra, tendo que fazer os pagamentos, o que obriga a alguma exigência em termos de tesouraria. Esclareceu que há ainda um conjunto de outros projetos, alguns com possibilidade de incluir na reprogramação do quadro comunitário, sendo necessário aguardar para verificar se é possível a sua inclusão. Está ainda aprovada a candidatura aos Fundos Ambientais, para a limpeza da vala de Alpiarça.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Informou que os aparelhos do Parque Infantil do Jardim Municipal irão ser recolocados, estando já pedidos os orçamentos para aquisição da vedação. Sobre as reparações no espaço do Jardim, as mesmas ainda não foram feitas. Em relação à questão da Urbanização Artur carvalho, o Vereador tomou nota do assunto referido. Relativamente às passadeiras disse que ainda não houve possibilidade de serem pintadas, mas que para este ano há uma verba inscrita em orçamento para esse efeito e que irão ser recuperadas. Sobre o acesso para pessoas de mobilidade reduzida junto ao café das Faias, referiu que esse assunto nunca foi colocado, mas que irá tomar conhecimento dessa situação, para tomar uma decisão. Em relação à irregularidade do arruamento no final da Rua Ricardo Durão, disse que o problema já estava identificado e que já foi transmitido ao encarregado a necessidade da sua reparação. Mencionou que, no talude em frente à casa dos Patudos, tendo analisado o local também ficou com algumas duvidas se a altura da lombas será suficiente para evitar o arrastamento das terras, preocupação que já foi transmitida ao encarregado geral, para correção do problema. Sobre a barragem disse que tem havido reuniões, que vão continuar, com a empresa que tem estado a acompanhar o problema. Está também a aguardar uma reunião com a APA, que já foi solicitada e que tem havido alguma insistência para a sua marcação.

Vereador João Pedro Arraiolos

Esclareceu que a rubrica Gabinete de Apoio à Câmara, não é o mesmo que Gabinete de Apoio à Presidência. O aumento da rubrica do Gabinete de Apoio à Câmara é refletido essencialmente devido à centralização do investimento dos gastos da informática, que passaram a estar



centralizados neste gabinete, que é diferente do GAP. Quanto à questão do protocolo com o Clube Desportivo “Os Águias”, informou que já foi solicitado o relatório de execução do mesmo. Sobre a pesca na barragem, disse que foi estabelecido um limite de duas provas por mês, de modo a criar alguma harmonia entre os utilizadores e entendeu-se que, para evitar situações frequentes de haver um conjunto de pessoas para fazer marcações de pesca, deveria ser o Clube a gerir a marcação de todas as provas. Esta situação não invalida a que haja a possibilidade de estabelecer um protocolo para a pesca desportiva e para utilização daquele espaço.

Presidente da Câmara

Lembrou, em relação ainda aos projetos do Município, o projeto de combate ao insucesso escolar, no qual o Município de Alpiarça foi o primeiro a aplicar o mesmo, que está a decorrer.

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Proposta – Contrato de Cedência temporária do Direito de Exploração do Bar e Esplanada do Jardim Municipal de Alpiarça

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Presidente da Câmara

O Presidente mostrou algumas preocupações já aqui referidas noutros momentos, estando convicto que a abertura do Bar dará mais vida ao espaço do Jardim. Disse que a empresa que adjudicou o bar tem cumprido com as suas obrigações financeiras e que, depois da Câmara ter aprovado a rescisão do contrato, veio solicitar um período de sessenta dias para a sua abertura. Leu de seguida a proposta presente em reunião. Sobre esta matéria disse ainda que um novo processo poderia demorar mais algum tempo.

Vereadora Sónia Sanfona

Disse que, quer ela própria, quer o Vereador António Moreira, o que querem é ver rapidamente o



assunto resolvido e ver o Bar ocupado. Recordou que o concessionário tem vindo a alegar dificuldades diversas e tem vindo a adiar sistematicamente a sua abertura. Acha que este tipo de justificações não a deixam mais tranquila, mesmo que a empresa assuma que neste momento está em condições para proceder à abertura do espaço, tendo dúvidas da boa fé destas declarações. Entende que um novo procedimento poderia não levar muito tempo a concretizar. Disse ainda que é publica a situação da própria empresa, que não parece ter uma situação fácil. Apesar de tudo está tendente a aceitar a proposta presente, mas julga que seria de ponderar o prazo que é dado, que na sua opinião deveria ser de trinta dias e não de sessenta dias. O Presidente esclarece aqui que o prazo proposto foi o pedido pelo concecionário para que não houvessem mais incumprimentos.

Vereador António Moreira

Disse que já previa esta situação e que chamou a atenção para a mesma. Disse que a empresa tem pago todas as mensalidades, mas, considerando a hipótese de haver novo incumprimento, o processo para a abertura do bar arrasta-se de modo a que se passe mais um verão com a possibilidade do Bar se manter fechado.

Presidente da Câmara

Colocou de seguida a proposta à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

Ponto 2 – Proposta - Fundo de Maneio-CPCJ de Alpiarça

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Vereador João Pedro Arraiolos

Esclarece os propósitos deste ponto, dizendo que é a Câmara que tem competência para aprovar fundos maneio. A Proposta vai no sentido do Fundo Maneio, no valor de cinquenta e dois euros, ser dividido em duas rubricas, no valor de vinte e seis euros cada uma.

Vereadora Sónia Sanfona

Coloca algumas questões formais sobre a proposta, achando que o esclarecimento que o Vereador deu, devia estar melhor refletido na proposta, que deveria descrever o montante.

Foi acrescentado o valor à proposta apresentada.



Presidente da Câmara

Colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade, com a alteração sugerida.

Ponto 3 – Proposta para Aumento Temporário dos Fundos Disponíveis no Mês de Janeiro de 2019

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

Vereador João Pedro Arraiolos

Esclareceu que o aumento temporário dos fundos disponíveis é uma premissa prevista na lei e que neste caso em concreto trata-se de ratificar um despacho do Sr. Presidente, que autorizou a presente proposta. Apresentou de seguida a proposta e os seus objetivos.

Vereadora Sónia Sanfona

Questionou se a operação proposta é uma operação meramente contabilística ou formal ou se prevê a real antecipação das transferências.

Vereador João Pedro Arraiolos

Respondeu que se trata de uma operação contabilística.

Presidente da Câmara

Colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 4 – Programa CLDS 4ª Geração – Proposta de Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) no programa de Contratos Locais de desenvolvimento Social 4ª Geração (CLDS-4G)

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Vereador João Pedro Arraiolos

Disse que a Câmara recebeu um convite por parte do Instituto da Segurança Social para que o Município manifeste interesse no desenvolvimento de um projeto CLDS 4G no Concelho. Disse ainda que cabe aos municípios escolher a entidade coordenadora do projeto e que tendo havido já uma experiência no CLDS+, com a ARPICA, foi endereçado a esta Associação novamente o convite para entidade coordenadora, que já manifestou o seu interesse em aceitar, considerando a experiência positiva com o CLDS+.



Vereadora Sónia Sanfona

Perguntou porque não foram convidadas outras entidades que pudessem assumir esta coordenação. Afirmou que não ficou satisfeita com o relatório que foi então apresentado, em relação ao CLDS+, ou seja com os resultados que foram apresentados.

Vereador João Pedro Arraiolos

Disse que a Câmara tem apenas dez dias para responder e que da análise que foi feita, tendo em conta as experiências anteriores, com a concretização do CLDS de segunda geração, com a colaboração da ARPICA e a não flexibilidade da Fundação José Relvas na altura, que não acatou a recomendação da Câmara Municipal, entendeu-se por bem endereçar novamente o convite à ARPICA, que aceitou.

Presidente da Câmara

Colocou de seguida a proposta à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

Ponto 5 – Proposta de Aquisição Conjunta de duas Viaturas para a GNR – Programa Escola Segura.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Presidente da Câmara

Fez uma exposição da proposta presente em reunião. Disse que esta não é uma competência dos Municípios, é uma função do estado central, no entanto, tendo em conta que não fazia sentido que fossem os Municípios vizinhos a suportar um serviço que também beneficia a população de Alpiarça, assumiu a disponibilidade da Câmara para a integração deste serviço.

Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 6 – Proposta de Rejeição das Competências Transferidas pelos Decretos-Lei Números 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107/2018.

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça

Para Deliberação:



Presidente da Câmara

Sobre esta matéria, começou por dizer que a proposta é de rejeição das Competências Transferidas pelos Decretos-Lei Números 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107/2018, no quadro do que foi aprovado por unanimidade, em reunião de Câmara de Setembro de dois mil e dezoito. Disse que agora já existem os decretos lei sectoriais, mas continua a não haver nenhuma definição em termos de financiamento para a execução dessas competências. Leu de seguida alguns aspetos da proposta a ser discutida e votada nesta reunião de Câmara. Afirmou que não recusa a descentralização e que esta faz todo o sentido, no quadro da própria Constituição da República, que prevê os três níveis de poder, entre os quais as Regiões Administrativas, que não está concretizado. É da opinião que o processo de transferência de competências para órgãos que não são Autarquias locais, como é o caso das Comunidades Intermunicipais, é um caminho abusivo e que, de certa forma, a curto ou médio prazo, bloqueia o processo de criação das Regiões Administrativas. Entende que só com uma recuperação da capacidade financeira das autarquias locais é que se podia falar a sério numa transferência de competências e também com um levantamento rigoroso e exaustivo dos custos de cada competência e das necessidades de meios humanos e técnicos. Disse que há ainda um conjunto de diplomas que vão sair brevemente, nas áreas da saúde e da educação, áreas em que um diferente entendimento da execução destas competências e uma diferente capacidade financeira geral de cada Município põe em causa a equidade dos cidadãos e põe em causa o direito de acesso universal a serviços públicos fundamentais.

Vereadora Sónia Sanfona

Começou por dizer que, na sua opinião, o que está a ser pedido é ir além do que estamos preparados para ir, havendo algum receio da parte das Comunidades Intermunicipais em assumir um determinado grau de responsabilidades. Afirmou que é tendencialmente favorável à descentralização do poder e, portanto, é favorável a esta descentralização. Disse que, aquando da discussão anterior, havia um quadro de indefinição muito grande que causava dúvidas, algumas que ainda existem. Assumiu ainda que naquela altura havia um quadro preocupante a nível legislativo, que deixava uma margem muito pequena aos Municípios para saberem os pressupostos das competências que estavam a ser propostas. Mencionou que, embora continue a pensar da mesma forma, o quadro hoje não é exatamente o mesmo, porque já existe um quadro de definição



legal ou legislativo diferente, com decretos lei que comportam alguma definição daquilo que está a ser proposto. Afirmou que, por principio, tem uma posição favorável à descentralização de competências e a esta transferência de competências, para os territórios onde entende que alguns setores de administração do estado serão melhores dirigidos a partir das autarquias. Sobre a proposta apresentada, acha que a rejeição em bloco de todas as transferências de competências é uma posição, eventualmente, muito redutora. Entende que num ou noutro caso assiste razão ao Município, dada a dificuldade previsível de implantação de algumas competências em concreto, mas há algumas que julga que o Município poderia assumir desde já. Neste caso, fez referência à área do turismo, onde podíamos ir mais além, se o municípios e a própria Comunidade tivessem estes poderes. Nesta linha, referiu ainda outras áreas que o Município poderia desde já assumir, como os projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimentos, no domínio das vias de comunicação, estes com algumas reservas, mas no domínio da autorização da exploração de jogo e modalidades de jogos de azar, fortuna, etc. e no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão, podíamos dar um sinal de que a transferência de competências é bem vinda, desde que seja bem implantada.

Vereador António Moreira

Entende que a descentralização vai ter que suceder, porque é uma luta das próprias autarquias e das Associações de Municípios e de Freguesias, desde há muitos anos. Agora que aparece esta abertura, rejeita-se na totalidade todas estas competências, embora reconheça que nalgumas há dificuldade na sua assunção, mas há outras em que se poderia ter considerado a sua aceitação.

Presidente da Câmara

Afirmou que a discussão na ANMP sobre esta matéria, vai ao encontro da proposta presente nesta reunião, ou seja, que o processo de descentralização não inviabilize a criação das regiões administrativas e que a transferência de qualquer competência obedeça ao principio fundamental, que é a correta avaliação do custo do exercício da competência e a devida transferência dos meios financeiros necessários e isto não está garantido neste processo. É por esta razão que muitas autarquias do país estão a rejeitar este processo, grandes e pequenas e de todos os partidos. Referiu também os resultados menos positivos na transferência de competências nas áreas das escolas e dos transportes escolares, que criaram alguns problemas às autarquias. Disse que a rejeição da transferência de competências, nestas condições, é uma questão de principio.



De seguida o Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e dois votos contra (PS).

A Vereadora Sónia Sanfona fez a seguinte declaração de voto, em nome dos Vereadores do PS:

Votámos contra esta proposta de rejeição das Competências Transferidas por todos estes Decretos-Lei, ou seja, votámos contra a proposta de rejeição em bloco, porque consideramos que, não obstante, a prazo, estas competências venham a ser todas transferidas de forma mais impositiva para o Município, consideramos que há competências que o Município teria dificuldade em as assumir desde já e há outras que poderia, em nosso entender, assumir já. O nosso voto contra é a rejeição em bloco e não a rejeição de algumas destas competências.

Deliberado remeter a proposta à Assembleia Municipal.

Ponto 7 – Ratificação do Despacho do Presidente da Câmara, datado de 11/01/2019, a autorizar a transmissão do Lote 87 da Zona Industrial, prescindindo a Câmara Municipal do Direito de Preferência.

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

Engenheiro José Portugal

Clarificou os objetivos deste ponto.

Posto à votação, foi ratificado por unanimidade, o despacho do Presidente da Câmara.

Ponto 8 – Licença Especial de Ruído, com início às 21,00h do dia 02/03/2019 e termo às 02,00h do dia 03/03/2019, para realização de um evento “Festa de Carnaval”, a realizar no Pavilhão do Partido Comunista Português, sito no Largo da Feira, em Alpiarça.

Requerente: Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas de José Relvas

Para Deliberação:

Não houve intervenções.

Posto à votação, o ponto foi aprovado por unanimidade, com isenção de taxas.



PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e assino.